UNIVERSALISMO *VERSUS* RELATIVISMO CULTURAL A afirmação universal dos direitos humanos no âmbito do Direito Constitucional Internacional*

Frederico Wildson da Silva Dantas

Juiz Federal - 7ª Vara / AL

Efetivamente, não se pode visualizar a humanidade como sujeito de direito a partir da ótica do Estado; o que se impõe é reconhecer os limites do Estado da ótica da humanidade. E ao jurista encontra-se reservado um papel de crucial importância na construção deste novo “jus gentium” do século XXI, o direito universal da humanidade. (Antônio Augusto Cançado Trindade, “Memorial por um novo Jus Gentium, o Direito Internacional da Humanidade”. A Humanização do Direito Internacional)

1. INTRODUÇÃO: PROPOSTA DE TRABALHO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objeto deste estudo é o problema do universalismo dos direitos humanos no âmbito do Direito Internacional, em contraste com o relativismo cultural. A pesquisa foi inspirada pelas lições de A. A. Cançado TRINDADE na obra “Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Além disso, merecem menção especial, dentre outras fontes bibliográficas, o trabalho de André de Carvalho RAMOS “Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional” e a tese de Flávia PIOVESAN “Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional”.

Tomando como ponto de partida a fundamentação ético-política dos direitos do homem, e sua afirmação histórica nas primeiras declarações de direitos, projetou-se uma pesquisa que analisasse o universalismo no âmbito do Di-

* Monografia apresentada como requisito para conclusão da disciplina Tratados Internacionais e Constitucionalização, do Curso de Doutorado da UFPE, ministrada pela Professora Dra. Margarida Cantarelli.

reito Internacional dos Direitos Humanos. Durante a elaboração do trabalho chamou atenção a corrente relativista que tece várias críticas ao caráter universal dos direitos humanos. Reconhecida a importância da discussão, optou-se por dedicar um item específico para a sistematização dos obstáculos que se põem à tese do universalismo.

A problemática central do trabalho está na compreensão dos fundamentos da universalidade dos direitos humanos. São objetivos: delinear a concepção universal dos direitos humanos e suas características, acompanhar o processo histórico que culminou na sua consolidação no plano do Direito Internacional, e analisar a dialética entre a corrente do relativismo jurídico e a defesa do universalismo dos direitos humanos na atualidade.

O estudo das várias formulações teóricas a respeito do universalismo dos direitos humanos adotou critério histórico, seguindo das primeiras concepções acerca do tema até os trabalhos mais modernos com as implicações que eles suscitam na atualidade.

O primeiro item trata da elaboração do conceito universal dos direitos humanos no plano teórico e no processo histórico de sua afirmação, por intermédio das primeiras declarações de direitos. Em seguida, analisa-se a consolidação do universalismo dos direitos humanos no plano internacional, inicialmente a partir da Declaração dos Direitos do Homem (1948), passando pela Conferência de Teerã (1968) e por fim com a Conferência de Viena (1993).

A segunda parte do trabalho suscita os problemas e obstáculos que são colocados em sentido contrário à universalidade dos direitos humanos, buscando-se fazer um inventário dessas críticas principalmente através das obras de Cançado TRINDADE e de André RAMOS. Conclui-se com o exame dos argumentos lançados em defesa do universalismo.

Todas as citações em língua estrangeira foram livremente traduzidas para o português, com o objetivo de tornar a leitura mais fluída e agradável, mas sem perder o sentido original do texto. Não se utilizou notas de rodapé optando-se pelo estilo de citação autor-data.

2. O UNIVERSALISMO NA FUNDAMENTAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E EM SUA AFIRMAÇÃO HISTÓRICA

O caráter universal dos direitos humanos é elemento constante de sua fundamentação ético-política e se encontra bem delineado no processo de sua afirmação histórica, nomeadamente nas primeiras declarações de direitos, im-

portantes documentos que marcaram a formação do pensamento constitucional. Sem embargo, o problema do reconhecimento dos direitos humanos surgiu no início da era moderna, com a divulgação das doutrinas jusnaturalistas e a evolução das Declarações dos Direitos do Homem que acompanharam o constitucionalismo clássico ou liberal (BOBBIO, 1992, p. 49).

A origem do termo “direitos fundamentais” vem de *droits fondamentaux* que remonta ao movimento político e cultural que resultou na Revolução Francesa e sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A expressão, posteriormente, alcançou relevo na doutrina para designar o estatuto de defesa dos indivíduos contra o Estado que está no fundamento da ordem jurídica (SOARES, 2000, p. 28).

Sabe-se que a doutrina dos direitos humanos nasceu da filosofia jusnaturalista, a qual procura justificar a existência de direitos pertencentes ao homem enquanto tal, independentemente do Estado. O pensamento das escolas jusnaturalistas ou jusracionalistas admite a existência de normas de validade universal que antecedem e condicionam a institucionalização do poder político, na qual direitos e deveres inerentes ao ser humano podem ser reconhecidos por intermédio de um processo racional de dedução de leis naturais ou práticas (MÖLLER, 2006, 109).

A corrente do jusnaturalismo tomista ou religiosa encontra um de seus principais ícones em São Tomás de Aquino, para quem a *lex humana* deve obedecer a *lex naturalis*, que é fruto da razão divina, mas pode ser percebida pelos homens. Já o jusnaturalismo de cunho racionalista tem como um de seus fundadores Hugo Grotius, o qual defendia a existência de um conjunto de normas ideais deduzidas da natureza a partir da razão humana. Além de ser um dos fundadores do Direito Internacional Grotius, já no século XVI, defendia a existência de uma lei natural, imutável e eterna, revelada pela razão do homem e superior à lei positiva.

A relação entre o universalismo dos direitos humanos e sua fundamentação ético-política se evidencia na forte influência do Racionalismo e do Iluminismo no processo histórico de formação da doutrina dos direitos do homem; o Racionalismo de Descartes e de Galileu serviu de inspiração para o Iluminismo, cuja tendência universalizante se apresenta como nota característica (SALDANHA, 2000, p. 41). A tendência universalizante pode ser identificada também no pensamento racionalista do Direito Natural (jusracionalismo) que admite a existência de normas jurídicas de validade universal, cujo conhecimento obtém-se através da razão.

A ideologia do Iluminismo traz subjacente a idéia de que seria possível realizar um Direito unitário a ser presidido pela razão, uma espécie de ciência do legislador que seria apta a estabelecer as leis universais e imutáveis que deveriam regular a conduta humana. A propósito disso é muito significativa disposição constante do artigo I do projeto preliminar para o Código Civil francês, o qual foi posteriormente suprimido na redação definitiva, estatuinto que “existe um direito universal e imutável, fonte de todas as leis positivas, não é outro senão a razão natural, visto esta governar todos os homens”.

É bem verdade que hoje em dia a fundamentação jusnaturalista de cunho racionalista que inspirou a elaboração da doutrina dos direitos humanos não é mais aceita de forma unívoca como meio de legitimar esses direitos. Com o advento do positivismo jurídico passou-se a identificar o fundamento dos direitos humanos na lei positiva, não mais em princípios de Direito Natural, ao passo que para alguns autores sequer seria possível identificar uma fundamentação absoluta para os direitos humanos. A discussão acerca da fundamentação dos direitos humanos repercute em seu âmbito de eficácia, na medida em que pode implicar a negação do universalismo que lhe é característico.

Entre aqueles que negam a existência de um fundamento absoluto para os direitos humanos está Norberto BOBBIO, o qual pondera que o problema fundamental em relação aos direitos do homem não seria tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los, mesmo porque a fundamentação dos direitos humanos seria impossível. BOBBIO argumenta que há divergências na definição do que seria o conjunto de direitos humanos; que esses direitos constituem uma classe variável, sendo impossível fundamentá-los de modo unívoco, pois cada contexto histórico possui sua própria fundamentação; e, por fim, que os direitos humanos são uma categoria heterogênea, contendo pretensões muitas vezes conflitantes, de maneira que a busca de um fundamento absoluto para os direitos do homem pode representar um obstáculo à introdução de novos direitos, total ou parcialmente incompatíveis com aqueles já estabelecidos (BOBBIO, 1992, p. 15-24).

De outro lado, o positivismo jurídico sustenta a tese de que não existe um outro Direito senão o Direito positivo estatuído pelo Estado através da lei, no seu sentido formal, contestando a idéia de um Direito natural de caráter universal. O fundamento dos direitos humanos, portanto, estaria em seu reconhecimento formal pelo Direito positivo, cujo pressuposto de validade vem de sua conformidade com as regras estabelecidas na Constituição. A vinculação do fundamento dos direitos humanos à ordem política estatal conduz à impossibili-

dade de se lhes atribuir caráter universal, na medida em que não se trataria de direitos inerentes ao ser humano, mas sim de prerrogativas atribuídas pela ordem jurídica a indivíduos de determinada nacionalidade (COMPARATO, 2005, p. 58-59).

Uma das características mais importantes na doutrina positivista é o chamado formalismo jurídico, que importa numa separação conceitual entre o Direito e a Moral. O princípio é o de que a “lei é a lei”, significando que toda lei é válida apenas por ser lei e, conseqüentemente, deve ser obedecida; quer-se com isto dizer que a validade da lei prescinde de qualquer fundamento exterior ao próprio sistema jurídico, fazendo-se uma identificação entre o legal e o jurídico. Essa qualidade do positivismo jurídico é muito bem analisada por Francisco LAPORTA, segundo o qual, para o positivismo, a existência de um sistema jurídico se produz por alguma prática social que define os critérios de juridicidade, de modo que as conexões entre a ordem jurídica e a ordem moral, embora sejam históricas e empíricas, não são necessárias do ponto de vista lógico (LAPORTA, 1995, p. 30).

Atualmente tem-se observado uma tendência de superação dessa concepção formalista do Direito, principalmente em face da positivação de princípios e do fortalecimento do constitucionalismo. O argumento fundamental dessa concepção é de que os princípios constitucionais são dotados de normatividade o que leva à incorporação de valores à ordem jurídica, com dimensão superior de norma constitucional. Essa mudança se pode imputar em grande monta às idéias de Ronald DWORKIN, para quem não existe uma separação rígida entre o Direito e a Moral. Essa mudança de concepção dirige-se à superação da dicotomia entre jusnaturalismo e positivismo, com o reconhecimento de que o Direito inclui tanto princípios quanto regras, dando origem a uma compreensão do Direito por princípios.

O sentido dessa mudança pode ser resultado de uma busca de legitimidade. Nesse quadrar, Francisco LAPORTA afirma que, ao longo de um processo histórico, o sistema jurídico vem numa crescente incorporação de princípios morais para justificar seu conteúdo, aplicando-se um esquema de controle das normas jurídicas mediante critérios éticos, um controle que se estende por todo o ordenamento, numa tarefa complexa e diversificada que se denomina de moralização do Direito (LAPORTA, 1995, p. 64).

Ronald DWORKIN defende o conceito de direitos morais, os quais seriam originados diretamente de valores contidos em princípios, independentemente da existência de prévias regras postas. Assim, os direitos do homem não

fundamentam sua validade em leis positivas, mas em valores éticos incorporados à própria civilização humana. A fundamentação dos direitos humanos como direitos morais corresponde à tentativa de conciliar o fundamento ético dos direitos humanos e sua concepção como direitos positivados, no sentido de que “há uma fundamentação ética dos direitos humanos, que consiste no reconhecimento de condições imprescindíveis para uma vida digna que se entroniza como princípio vetor do ordenamento jurídico” (RAMOS, 2005, p. 46).

Essa tendência de reaproximação entre o Direito e a Moral se revela principalmente na doutrina que prega a internacionalização dos direitos humanos, movimento que surgiu após a Segunda Guerra, nomeadamente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, como reação aos abusos cometidos pela Alemanha nazista antes e durante a Guerra Mundial. A traumática experiência histórica do exemplo nazista demonstrou para além de qualquer discussão o quanto é insuficiente a fundamentação dos direitos humanos com base tão-somente no Direito positivo, sobrelevando a importância de encontrar fundamentos para a vigência dos direitos humanos além da organização estatal. Leia-se, a propósito disso, a opinião de Fábio Konder COMPARATO:

“... é irrecusável encontrar um fundamento para a vigência dos direitos humanos além da organização estatal. Esse fundamento, em última instância, só pode ser a consciência ética coletiva, a convicção, longa e largamente estabelecida na comunidade, de que a dignidade da condição humana exige o respeito a certos bens ou valores em qualquer circunstância, ainda que não reconhecidos no ordenamento estatal, ou em documentos normativos internacionais.” (COMPARATO, 2005, p. 59).

A busca de uma fundamentação ético-política dos direitos humanos para além da lei positiva contribui para renovar sua característica universalizante. A idéia é a de possibilitar a justificação de direitos humanos dotados de validade universal “fundada em uma base intersubjetiva e intercultural organizada sob a forma de sociedade mundial” (MÖLLER, 2006, p. 151 ss.). Releva notar que a busca de um paradigma de validade universal para os direitos humanos tem fortes repercussões no campo do constitucionalismo, designadamente nos tradicionais conceitos de cidadania e soberania.

Nesse toar, Valério MAZZUOLI defende que a prevalência dos direitos humanos e do valor democrático constitui a tônica do novo paradigma global,

ênfatizando-se os direitos dos indivíduos e os direitos dos Povos como uma dimensão da Soberania universal, o que tem provocado alterações profundas nas idéias de Soberania e Cidadania vigentes no mundo ocidental desde a Revolução Francesa (MAZZUOLI, 2005, p. 332).

A filosofia jusnaturalista que deu origem à doutrina dos direitos do homem tem presença marcante nas Declarações de Direitos das revoluções liberais, estas declarações representam a conclusão da primeira fase da história dos direitos humanos e o primeiro passo rumo à sua afirmação histórica. As declarações de direitos “emergiram da filosofia liberal e do movimento espiritual do século XVII, consistindo em princípios axiomáticos necessários à fundamentação de organização política justa e racional, sendo recepcionados e proclamados solenemente pelos constituintes dos primeiros textos constitucionais liberais” (SOARES, 2000, p. 32).

As declarações de direitos representam marcos do processo histórico de formação da teoria constitucional, originado com o movimento e a doutrina liberal. As declarações inglesas, dos séculos XVI e XVII, são antecedentes históricos da idéia de Constituição como instrumento de organização política do Estado. As idéias de um sistema de poderes divididos e em equilíbrio em que se atribui a titularidade do poder constituinte e da soberania nacional ao povo têm origem no chamado movimento constitucional, consolidado pelas revoluções americana e francesa, processo histórico analisado por Nelson SALDANHA em sua obra *Formação da Teoria Constitucional*. Dentre os vários documentos de relevância no processo de formação do pensamento constitucional inglês destacam-se a *Magna Carta* (1215) e o *Bill of Rights* (1689).

A *Magna Carta* foi uma declaração solene do rei da Inglaterra, conhecido como João Sem Terra, assinada em 51 de junho de 1215, perante o alto clero e os barões do reino. Existe um consenso de que esse documento constitui um pacto entre os barões feudais e o monarca pelo qual se reconhecia certos privilégios especiais aqueles. Sua importância decorre também do fato de que a *Magna Carta* deixa implícito pela primeira vez na história que o rei está vinculado pelas leis que edita. A cláusula 39 normalmente é apontada como a parte mais importante da Carta e serve de precursora do princípio do devido processo legal do constitucionalismo americano, incorporado pela Constituição Federal brasileira de 1988. Segundo dispõe: “nenhum homem livre será detido ou preso, nem privado de seus bens, banido ou exilado ou, de algum modo, prejudicado, nem agiremos ou mandaremos agir contra ele, senão mediante um juízo legal de seus pares ou segundo a lei da terra”.

Por sua vez, o *Bill of Rights* resultou um movimento revolucionário que resultou na abdicação do monarca Jaime II. O rei foi sucedido pelo Príncipe Guilherme de Orange e sua mulher, Maria de Stuart, a convite de um grupo de nobres de dois partidos políticos. A fim de serem consagrados monarcas, ambos aceitaram o *Bill of Rights*, uma Declaração de Direitos votada pelo Parlamento, que a partir de então tornou-se uma das Leis Fundamentais do reino. O documento tem a importância de consolidar a monarquia constitucional inglesa, porque institucionalizou a separação de poderes no Estado. Embora não seja uma declaração de direitos humanos, criou uma estrutura de organização do Estado que tem a finalidade de proteger os direitos fundamentais. O seu conteúdo essencial está na consolidação da monarquia constitucional e da separação de poderes, com o reconhecimento do Parlamento como um órgão encarregado de defender os súditos contra o soberano (cf. SÁNCHEZ, 2004, p. 175).

As declarações inglesas estão nas origens das declarações de direitos norte-americanas, que sofreram grande influência do *Bill of Rights* inglês e do pensamento filosófico de Locke, Montesquieu e Rousseau. Nos Estados Unidos da América encontramos alguns dos documentos históricos mais importantes no processo de positivação dos direitos humanos como a Declaração de Independência (1776) e a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia. Os americanos foram além das declarações inglesas ao transformarem os direitos naturais em direitos positivos, isso por que através das Emendas Constitucionais de 1791 os direitos humanos foram incorporados ao ordenamento jurídico constitucional, com prevalência sobre as leis. Daí se dizer que a concepção formal moderna de Constituição é uma criação do constitucionalismo norte-americano.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos diz respeito às antigas treze colônias britânicas, reunidas em 1776 sob a forma de confederação e constituídas em Estado Federal em 1787. A importância da Declaração de Independência vem do fato de inaugurar a institucionalização dos princípios democráticos na história política moderna. Realmente, trata-se do primeiro documento político que reconhece a existência de direitos humanos inerentes a todos independentemente das diferenças de sexo, raça, religião, cultura ou posição social (cf. COMPARATO, 2005, p. 103).

A Declaração de Independência tem uma finalidade legitimadora que toma por base idéias e fundamentos jusnaturalistas, invocando as leis da natureza e Deus como princípios de direito natural. Essa assertiva pode ser verificada do que consta de seu preâmbulo: “Consideramos estas verdades como evidentes de per si, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Cria-

dor de certos direitos inalienáveis; que, entre estes, estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”. Como se vê, essas notas de evidência e inalienabilidade são próprias de um Direito Natural jusracionalista, e estão relacionadas com a ideologia de um direito natural superior à lei positiva e que lhe serve de fundamento de validade.

Juntamente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Assembléia Nacional Francesa em 1789, as declarações americanas representam a emancipação do indivíduo através da afirmação de sua autonomia, doutrina que vinha se afirmando na consciência europeia desde fins da Idade Média. Há, no entanto, traços característicos que distinguem as declarações americanas da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa. Os americanos estavam voltados para o estabelecimento de sua independência e a elaboração de seu regime político, ao passo em que os revolucionários franceses acreditavam ter a função de anunciar uma nova era de liberdade a outros povos, daí o estilo abstrato e universalizante da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A idéia é a de que os direitos humanos são universais, eternos e invariáveis. Fábio Konder COMPARATO menciona que em razão desse espírito de universalismo militante o espírito da Revolução Francesa foi difundido por todo o mundo desencadeando a supressão das desigualdades entre indivíduos e grupos sociais (COMPARATO, 2005, p. 130-132).

As primeiras declarações de direitos foram marcos importantes do processo de afirmação histórica dos direitos do homem e apresentam forte característica universalizante, especialmente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, já que os revolucionários franceses assumiram a tarefa de divulgarem o ideário liberal com um fervor quase religioso. É importante notar que o pensamento jurídico contemporâneo acerca dos direitos humanos aproxima-se e muito de suas origens nas declarações de direitos do constitucionalismo clássico. A busca por um Direito Natural fruto da razão humana tem a mesma base ideológica da concepção, hoje difundida mundialmente, de que esses direitos são provenientes de imperativos éticos superiores vinculados a uma consciência jurídica coletiva, retirando daí sua qualificação de princípios transcendentais de Direito supranacional, já que transcendem as fronteiras nacionais e assumem a característica da universalidade (MIRANDA, 2002, p. 107).

A esse respeito, CANOTILHO observa que o Poder Constituinte dos Estados e, conseqüentemente, das respectivas Constituições nacionais, está hoje cada vez mais vinculado a princípios e regras de Direito Internacional; como se

o Direito Internacional fosse transformado em parâmetro de validade das próprias Constituições nacionais, cujas normas passam a ser consideradas nulas se violadoras das normas do *jus cogens* internacional, destacando-se, ainda a tendencial elevação da dignidade da pessoa humana como pressuposto ineliminável de todos os constitucionalismos (CANOTILHO, 2003, p. 826 ss.). No mesmo sentido Francisco Javier Quel LÓPEZ observa que os Estados possuem uma obrigação geral de proteção e respeito de determinados direitos fundamentais, especialmente a proteção contra a prática da escravidão e a discriminação racial, decorrente de normas imperativas do Direito Internacional geral contemporâneo: “... resulta claro que existem normas imperativas no setor da proteção dos direitos humanos cuja violação pode por em questão os princípios básicos de coexistência entre Estados” (In ROMANI, 2003, p. 95).

3. O UNIVERSALISMO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

O universalismo dos direitos humanos possui vários significados, implicando que seus titulares são todos os seres humanos, sem distinção de qualquer ordem; que esses direitos são atemporais, porque os homens possuem direitos humanos em qualquer época e que os direitos humanos permeiam todas as culturas humanas, em qualquer parte o globo. O universalismo é uma tese que goza de acatamento generalizado no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, fruto do movimento de internacionalização dos direitos humanos que surgiu a partir do pós-guerra, nomeadamente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, como parte da reação aos crimes cometidos pelo nacional-socialismo antes e durante a Segunda Guerra Mundial (PÉREZ LUÑO, 1996, p. 97 s.). Juntamente com a regionalização e a globalização econômica, o “cosmopolitanismo ético”, decorrente do desenvolvimento de um sistema universal de direitos humanos, é um dos fatores que mais influencia o realinhamento e rearticulação do constitucionalismo contemporâneo (SUNDFELD, 1999, p. 29).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é o ponto de partida da moderna sistemática de proteção internacional dos direitos do homem, mas já encontra precedentes históricos no Direito Humanitário, na Liga das Nações e na Organização Internacional do Trabalho. O Direito Humanitário constitui o conteúdo de direitos humanos no Direito da guerra, estabelecido com a finalidade de limitar a atuação do Estado na observância da proteção humani-

tária, designadamente para proteger os militares postos fora de combate e as populações civis. A Convenção da Liga das Nações de 1920 reforçou a concepção do Direito Humanitário e da proteção dos direitos do homem ao prever sanções de caráter econômico e até mesmo militar a serem impostas pela comunidade internacional nas hipóteses de comprovada violação desses direitos, abrindo a discussão pertinente à necessidade de relativizar a soberania estatal. Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho contribuiu para a consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos em sua atuação dirigida ao estabelecimento de padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar (cf. PIOVESAN, 2006, p. 109 ss.).

A despeito da importância desses antecedentes, o fato é que somente após a Segunda Guerra Mundial se chegou a um amplo consenso no sentido de que a comunidade internacional deveria zelar pela proteção aos direitos do homem, de maneira que essa questão não mais poderia ser tida como uma competência exclusiva dos Estados, mas devia ser assumida por todas as nações. Segundo Karl-Peter SOMMERMANN, embora essa afirmação possa parecer surpreendente em face das declarações de direitos do homem americanas e francesas, até o início do Século XX a doutrina internacionalista “partia do pressuposto de que só podiam ser objeto do Direito Internacional os direitos e deveres dos Estados, e que, portanto, os indivíduos, que carecem de personalidade jurídica internacional, só podiam ser protegidos de maneira indireta ou reflexa por normas internacionais” (PÉREZ LUÑO, 1996, p. 98). Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o primeiro texto jurídico internacional que estabelece um catálogo de direitos humanos destinado a valer universalmente.

A Declaração Universal, entretanto, tendo sido aprovada sob a forma de resolução pela Assembléia Geral das Nações Unidas, não apresenta a normatividade própria dos tratados ou acordos internacionais, logo, o propósito da Declaração é apenas o de promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Sucede que muito embora não assuma a forma de tratado internacional a Declaração Universal de 1948 se consolidou na prática internacional como uma espécie de modelo com inegável valor jurídico como “interpretação legítima das normas da Carta (das Nações Unidas) relativas à obrigação jurídica dos Estados de promover a observância dos direitos humanos”; assim, a despeito do debate doutrinário acerca de sua força jurídica “a Declaração foi se integrando no Direito das Nações Unidas como parte da estrutura constitucional da comunidade internacional” (cf. SALCEDO, 2004,

p. 70). A normatividade da Declaração Universal dos Direitos Humanos ganha relevo em virtude de se tratar de um documento jurídico internacional extremamente relevante e que tem sido reconhecido como Direito Internacional costumeiro.

O universalismo dos direitos humanos proclamado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 foi objeto de debates na I Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Teerã, de 22 de abril a 13 de maio de 1968, que avaliou as duas primeiras décadas de experiência da proteção internacional dos direitos humanos na era das Nações Unidas. Segundo A. A. Cançado TRINDADE, a grande contribuição da Conferência de Teerã consistiu no tratamento e reavaliação globais da matéria, sendo que “algumas resoluções adotadas referem-se à promoção da observância e gozo universais dos direitos humanos, tomam os direitos civis e políticos e econômicos e sociais e culturais em seu conjunto, e avançam assim um enfoque essencialmente globalista da matéria” (TRINDADE, 1993, p. 1).

A Proclamação de Teerã sobre Direitos Humanos, adotada na Conferência, é considerada um marco na evolução da sistemática de proteção internacional dos direitos humanos, por abrir caminho para a consolidação da tese da interrelação ou indivisibilidade dos direitos humanos, merecendo destaque o seu parágrafo 13: “Uma vez que os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização plena dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, é impossível”. Foi muito importante nesse sentido a atuação de ex-colônias emancipadas que suscitaram discussões relativas à problemática da miséria, das doenças endêmicas e da discriminação racial.

A Conferência de Teerã (1968) foi sucedida pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993), que teve como temáticas principais a pobreza, a democracia e os instrumentos legais e jurídicos de efetivação dos direitos humanos. Nos trabalhos preparatórios da Conferência de Viena a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas recomendou que o Comitê Preparatório mantivesse em mente o tema da interrelação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento, assim como a igual importância e indivisibilidade de todas as categorias de direitos humanos, tendo sido assinalado pelo Secretário-Geral da Conferência Mundial de Direitos Humanos a importância da formulação de programas concretos no campo da educação em direitos humanos, insistindo na “ratificação universal dos tratados de direitos humanos, e exortando os Estados a que lograssem um maior grau de cooperação internacional em favor dos direitos humanos” (cf. TRINDADE, 1993, p. 7).

A Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos ocorreu num momento histórico bastante significativo uma vez que a guerra fria tinha terminado e a Alemanha havia sido reunificada, de maneira que as circunstâncias eram favoráveis à construção de um amplo consenso a respeito dos direitos humanos. Durante a Conferência de Viena os esforços se concentraram no fortalecimento das instituições nacionais para a vigência dos direitos humanos na mobilização de todos os setores das Nações Unidas em prol da promoção dos direitos humanos e o resultado foi a elaboração de uma Declaração e um Programa de Ação para a promoção e proteção dos direitos humanos.

A importância da Conferência de Viena de 1993 decorre principalmente da consolidação definitiva da noção de indivisibilidade dos direitos humanos, cujos preceitos devem se aplicar tanto aos direitos civis e políticos quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais, enfatizando também direitos de solidariedade, como a paz, o direito ao desenvolvimento e o a proteção ao meio-ambiente. Já quanto ao tema do universalismo dos direitos humanos houve muita controvérsia, tendo sido ressaltada a questão da diversidade cultural que tornaria os princípios de direitos humanos não aplicáveis ou relativos, segundo os diferentes padrões culturais e religiosos. Apesar de haver clara resistência à noção de universalidade dos direitos humanos, o primeiro artigo da Declaração estabeleceu que “a natureza universal desses direitos e liberdades não admite dúvidas”. Já no seu parágrafo 5º reconheceu-se a universalidade como característica marcante do regime jurídico internacional dos direitos humanos, afirmando que “todos os direitos humanos são universais”.

Essas resistências não representaram nenhuma surpresa uma vez que, segundo A. A. Cançado TRINDADE, já durante os trabalhos preparatórios da Conferência houve sinais de que a noção do universalismo dos direitos do homem seria objeto de polêmicas. O jurista, que participou de todo o processo preparatório da Conferência Mundial, inclusive da Reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe (San José de Costa Rica, janeiro de 1993) como Consultor do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, observa que a manifestação mais notória nesse sentido veio “de alguns círculos de países asiáticos e de Estados membros da Organização da Conferência Islâmica, que resistentemente identificam no movimento internacional dos direitos humanos um suposto produto do ‘pensamento ocidental’ que não tem levado em conta as chamadas ‘particularidades regionais’, razão pela qual ainda não há Convenções regionais de direitos humanos em seus espaços geográficos respectivos” (TRINDADE, 1993, p. 28).

Posteriormente, ao tratar do tema no seu *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, o autor reconheceu que o tema da universalidade dos direitos humanos e dos “particularismos culturais” tem sido objeto de debates prolongados e inconclusos nos foros internacionais tanto acadêmicos quanto políticos. Segundo afirma:

“A suposta contraposição dos “particularismos” culturais à universalidade dos direitos humanos foi uma das questões centrais dos debates da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), seguidos dos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). A questão foi retomada com eloquência na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). No plano regional interamericano, os *travaux préparatoires* da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará de 1994) reconheceram que a violência de gênero existe em grande parte porque a estrutura legal, econômico-social e cultural das sociedades da região “a permitem e até a fomentam”, cabendo assim combatê-las.” (TRINDADE, 2003, p. 304).

A despeito da controvérsia suscitada a respeito do tema, a Declaração de Viena foi clara ao estabelecer o universalismo dos direitos humanos, admitindo tão-somente que as particularidades culturais locais deveriam ser consideradas, bem como os diferentes contextos históricos, culturais e religiosos, sendo dever do Estado promover e proteger todos os direitos humanos, independentemente de seus sistemas, políticos, econômicos e culturais. Todavia, há ainda dúvidas e críticas em relação à universalidade dos direitos humanos, que é vista por muitos como um pretexto para a intromissão de países ocidentais em assuntos internos dos Estados, resultando na imposição de uma pauta de valores unilateral em prejuízo da diversidade cultural.

Ainda que não venham a ser acolhidas em sua totalidade, as críticas opostas ao universalismo dos direitos humanos ao menos têm o mérito de chamar atenção para uma questão digna de reflexão: o universalismo não pode ser imposto. Com efeito, constata-se que é inviável a busca de um ideal de universalidade cunhado exclusivamente a partir de padrões valorativos ocidentais, tidos como parâmetro de todos os povos e nações. Pelo contrário, existe um razoável consenso no sentido de que o projeto de uma civilização humana universal é contraditória com a própria idéia de cultura, pois a cultura é intrínseca e essencialmente

uma questão de diferenças, de maneira que a busca de uniformização deve-se dar com base no consenso, respeitadas as particularidades de cada nação.

Não significa dizer que toda universalização seja boa ou ruim em si mesma, mas tão-somente que o universalismo dos direitos humanos não deve servir de pretexto a uma aculturação das nações, sendo importante privilegiar as uniformizações pautadas no comum acordo. Nesse sentido as observações de TOMLINSON: “a modernidade global implica várias formas de universalidade, mas a universalidade não é *em princípio* má. Ao reconhecer suas formas nocivas, temos de evitar tirar o trigo bom com o mal, posto que ... a conectividade complexa da globalização faz com que algumas perspectivas universalizadoras benignas – na forma de políticas culturais cosmopolitas – sejam cada vez mais pertinentes” (TOMLINSON, 1999, 77-82).

Com efeito, é preciso atentar para a necessidade de um diálogo intercultural que possibilite a busca de um consenso nas políticas de proteção aos direitos humanos, sem que se possa aventar uma injustificável imposição unilateral de valores pelos países ocidentais, principalmente no que diz respeito à valorização do mercado em detrimento do ser humano. Vale mencionar a esse respeito a reflexão de Ahmet DAVUTOGLU, professor turco, no sentido de que “O falso universalismo, no sentido da consciência do consumismo na globalização econômica e da exclusão geopolítica na ordem mundial, é uma barreira real para o diálogo e a cooperação entre civilizações. O consumismo, voltado à padronização dos estilos de vida, cria uma pseudoglobalização sem qualquer esforço para desenvolver um sistema de valores que funcione como referência maior de universalidade” (In BALDI, 2004, p. 135).

Isso conduz à necessidade de se abordar a questão do universalismo de uma perspectiva multicultural, reconhecendo-se que os valores universais somente podem ser produzidos a partir da diversidade cultural. Em outras palavras, nenhuma cultura pode ser tomada como padrão ou verdade absoluta, pelo contrário, deve-se abrir a ampla aceitação para as diversas culturas e, ao mesmo tempo, dirigir esforços no sentido de fazer com que as culturas aceitem determinados valores básicos próprios aos direitos humanos. Nesse contexto, a diversidade não funciona como obstáculo à universalidade dos direitos humanos, mas constitui verdadeira premissa para esse universalismo ao contribuir para a busca de valores universais básicos do gênero humano.

Do que se vem de ver, o reconhecimento do universalismo dos direitos humanos esteve presente na elaboração de sua fundamentação ético-política e no seu processo de afirmação histórica, nomeadamente nas declarações de di-

reitos dos homens que permearam as revoluções liberais. Todavia, no plano jurídico essa universalidade somente foi reconhecida definitivamente através do processo de internacionalização dos direitos humanos, no pós-guerra, consolidando-se na Declaração de 1948 que, nos mais de cinquenta anos de sua vigência, alcançou um altíssimo grau de aceitação em todas as civilizações, o que foi possível apesar das diferenças culturais. Ocorre que as resistências identificadas na Conferência de Viena de 1993 demonstram que existe uma corrente de pensamento que opõe críticas à aplicação de determinados direitos que seriam contrários a práticas culturais ou opções legislativas locais. Daí por que é importante refletir sobre esse importante tema da universalidade dos direitos humanos, enfrentando com desassombro o discurso relativista.

4. RELATIVISMO CULTURAL E OUTRAS OBJEÇÕES AO CARÁTER UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Já se asseverou alhures que o tema atinente ao relativismo cultural é dos capítulos mais difíceis do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Para os objetivos dessa pesquisa afigura-se importante identificar e sistematizar as principais críticas opostas ao universalismo dos direitos humanos, o que se fará a partir das relevantes observações de A. A. Cançado TRINDADE, André de Carvalho RAMOS e Flávia PIOVESAN.

Para Cançado TRINDADE os aspectos mais importantes da contraposição entre universalismo e relativismo dizem respeito à diversidade cultural; à proteção dos direitos das minorias; à evolução dos direitos dos povos; à ameaça da idolatria do mercado; à contraposição dos particularismos regionais, sobretudo nas relações de direito privado; aos direitos humanos da mulher; aos vínculos entre os vivos e os mortos e ao legado universal das religiões.

Em termos de diversidade cultural se identificam divergências sobre pontos como a liberdade de religião e problemas atinentes à adoção de menores. Observa-se também que alguns direitos fundamentais podem se afigurar mais relevantes em um determinado meio social do que em outro. Assim, o relativismo cultural seria consequência do fato de que cada cultura possui uma identidade e valores próprios.

No campo da proteção dos direitos das minorias (culturais, étnicas, lingüísticas, religiosas, dentre outras), importa gizar que há direitos que são mais bem protegidos através do grupo ou comunidade a que pertencem, designadamente a salvaguarda da identidade cultural; assim, a preocupação manifestada

na proteção dos direitos das minorias dirige-se contra a imposição de modelos, a insensibilidade e a uniformização, “um alerta em relação aos dogmas, por definição absolutos e excludentes ... em relação à recusa de considerar o *modus vivendi* dos demais, como se a verdade pudesse prestar-se ao apanágio de uns poucos detentores da mesma” (cf. TRINDADE, 2003, p. 311 ss.).

No item dedicado à “ameaça da idolatria do mercado” o autor sustenta que a globalização da economia tem gerado um paradoxo na medida em que o aumento da competitividade econômica vem aumentando a pobreza e o endividamento, e diminuindo a capacidade dos Estados de proteger os direitos dos seres humanos sob suas jurisdições. A abertura das fronteiras aos capitais tem sido acompanhada pelo fechamento das fronteiras a milhões de seres humanos, que tentam fugir da miséria em busca de melhores condições de sobreviver. Segundo afirma:

“... as disparidades crescentes em escala global dão mostra de um mundo em que um número cada vez mais reduzido de ‘globalizadores’ tomam decisões que condicionam as políticas públicas dos Estados quase sempre em benefício de interesses privados, – com conseqüências nefastas para a maioria esmagadora dos ‘globalizados’. Só a firme determinação de reconstrução da comunidade internacional com base na solidariedade humana poderá levar à superação deste trágico paradoxo” (cf. TRINDADE, 2003, p. 330-331).

Trata-se, na realidade, de uma posição compartilhada por boa parte da doutrina nacional dedicada ao estudo dos direitos humanos. Relativamente à situação brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento e à implementação dos direitos humanos universais em face da globalização, vale mencionar trabalho de Yolanda CATÃO que examinou detidamente os avanços e retrocessos dos direitos humanos no Brasil, demonstrando grande preocupação com a questão. Segundo essa autora, as conquistas da globalização só alcançam as elites brasileiras e, em contrapartida ao avanço da informática e das telecomunicações, o Brasil perdeu posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que demonstra que não estão ocorrendo avanços suficientes nos problemas da diminuição da desigualdade de renda e do desenvolvimento humano. Em sua opinião enquanto o processo de globalização privilegiar os interesses de corporações multinacionais haverá uma divisão entre os privilegiados incluídos nos benefícios da globalização e os excluídos desse processo (In ARNAUD, 2005, p. 378-379).

Essa também a opinião de António José Avelãs NUNES, crítico mordaz do processo de globalização, o qual sustenta que o desenvolvimento econômico deve necessariamente passar por caminhos que respeitem a dignidade humana. Segundo defende, o desenvolvimento econômico desacompanhado do desenvolvimento humano é perverso, um modelo que atende aos interesses das multinacionais e das elites a quem “pouco importa que milhões de pessoas não tenham poder de compra. Pura e simplesmente, não contam com elas, é como se elas não existissem”, sendo certo que “a exclusão social crescente (a ‘nadificação do outro’, na expressão do cineasta brasileiro Walter Salles) é a outra face deste tipo de desenvolvimento perverso ou maligno” (cf. NUNES, 2003, p. 107-109).

No que diz respeito, propriamente, à contraposição dos particularismos à universalidade dos direitos humanos Cançado TRINDADE explica que a manifestação mais notória nesse sentido vem de alguns círculos de países asiáticos e de Estados membros da Organização da Conferência Islâmica. A crítica consiste em identificar no movimento internacional dos direitos humanos um fruto do pensamento ocidental que não leva em consideração as chamadas particularidades regionais. As resistências se manifestam principalmente no domínio das relações privadas dos indivíduos, como o tratamento dispensado à condição da mulher, ao direito de casar e divorciar, da escolha quanto ao planejamento familiar, da proteção das crianças e outras (TRINDADE, 2003, p. 346).

Outro ponto sensível na questão do universalismo dos direitos humanos consiste nos direitos humanos da mulher em face das tradições e práticas seculares. Neste aspecto os particularismos culturais têm sido utilizados para justificar discriminações e atos de violência contra a mulher, como a prática baseada no costume, crenças religiosas ou origens étnicas de permitir casamentos forçados, discriminações no direito de família e sucessões, circuncisão feminina, obstáculos na educação além de atos de violência privada. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995), insurge-se fortemente contra essas práticas adotando um amplo programa para promover e emancipar a mulher, eliminando todos os aspectos, inclusive as práticas baseadas no costume e na cultura, que a impedem de exercer um papel ativo em pé de igualdade em todos os domínios da vida pública e privada, erradicando a discriminação (cf. TRINDADE, 2003, p. 355).

A questão da vinculação entre os vivos e os mortos é um dos temas que denotam com mais clareza a questão da universalidade, uma vez que o respeito aos mortos é cultivado nas mais diversas culturas e religiões e sua proteção visa

preservar não só a memória do morto como também os sentimentos dos vivos. Disso decorre que o sentimento de harmonia entre os vivos e os mortos merece ser reconhecido como objeto de preocupação e tutela do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que sobressai ainda mais nos casos de negligência e desrespeito aos restos mortais das vítimas de violações dos direitos humanos. O consenso existente acerca do respeito aos mortos assenta como demonstração inequívoca de que a diversidade cultural não é obstáculo para o universalismo dos direitos humanos, devendo-se distinguir o necessário pluralismo, que implica o respeito às identidades culturais, do relativismo cultural, o qual abdica da própria noção de valor ao rejeitar a possibilidade de sua objetivação.

No mais, questão relevante no que diz respeito à universalidade dos direitos humanos é aquela pertinente ao legado universal das religiões. As religiões influenciaram muito na evolução do Direito Internacional exercendo papel importante nos esforços em busca da construção da paz mundial e da preservação dos direitos humanos, entretanto, o desvirtuamento das religiões pela intolerância e pelo fanatismo leva a graves violações dos direitos humanos. Em comunicado apresentado durante a II Conferência Mundial de Direitos Humanos a Comunidade Baha'i Internacional, em seu nome e no de diversas organizações não-governamentais, sustenta vários argumentos dentre os quais o de que “a intolerância não raro tem raízes nos antagonismos culturais e históricos associados com tradições religiosas. Dado que os antagonismos nascem com frequência da ignorância e do conhecimento limitado, a educação pode revelar os valores espirituais comuns subjacentes a várias crenças e práticas e pode desse modo fomentar a tolerância religiosa” (cf. TRINDADE, 2003, p. 378-379).

Ao tratar da questão do relativismo cultural André de Carvalho RAMOS se pronuncia de forma mais sistemática, ainda que se abstenha de abordar questões pontuais importantes no debate entre o universalismo e o relativismo. Nesse passo, o autor identifica seis argumentos fundamentais em prol do relativismo: a existência de cosmovisões inconciliáveis nas diversas culturas; a falta de adesão formal à Declaração de Viena ou sua adesão apenas para fins de política externa; o uso do discurso dos direitos humanos como instrumento para fins econômicos e políticos; as diferenças de relação do homem e sua comunidade existente na cultura ocidental e na cultura africana e asiática; a imposição de valores do pensamento ocidental e o argumento desenvolvimentista que justifica o desrespeito a direitos humanos básicos, sob a alegação de falta de recursos econômicos suficientes.

O primeiro argumento, de cunho filosófico, funda-se na existência de diversas cosmovisões na comunidade humana. O autor menciona Raimundo PAN-

NIKAR – “*Is the notion of human rights a western concept?*” – o qual argumenta que “o conceito de direitos humanos é fundado na visão antropocêntrica do mundo, desvinculada da visão cosmoteológica que ainda predomina em algumas culturas, o que contraria a sua alegada universalidade” (RAMOS, 2005, p. 184). Além disso, existem poucos elementos antropológicos e filosóficos comuns para formar o conjunto de direitos humanos universais, como o direito à vida e à liberdade, o que torna o próprio universalismo desprovido de significado na maioria dos casos (RAMOS, 2005, p. 184).

O segundo argumento, atribuído a Adamantia POLLIS e Peter SCHWAB – “*Human Rights: a western construct with limited applicability*” –, é no sentido de que embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos tenha sido aprovada sem voto em sentido contrário sob a forma de resolução da Assembleia Geral da ONU, houve oito abstenções e, na época, as potências ocidentais possuíam colônias e diversos territórios dominados que não participaram de sua formulação. Além disso, a pretensa adesão dos Estados às declarações de direitos do homem não é prova do universalismo, porque muitas vezes essa adesão é mero instrumento de política externa que não se traduz em ações práticas (cf. RAMOS, 2005, p. 185).

O terceiro argumento consiste em que vários Estados, especialmente os Estados ocidentais, utilizam do discurso dos direitos humanos como instrumento para fins econômicos e políticos, mostrando-se incoerentes quando se trata da defesa de seus interesses e descartando o discurso dos direitos humanos quando inconveniente. Um exemplo claro disso seria a condução das relações internacionais dos Estados Unidos da América, seja no embargo econômico a Cuba ou nas violações a direitos humanos na prisão de supostos terroristas na base militar norte-americana em Guatánamo, Cuba, e em Abu Ghraib, no Iraque, isso sem mencionar o constante apoio norte-americano a Estados que violam sistematicamente direitos humanos (cf. RAMOS, 2005, p. 186-187).

O autor menciona a crítica de BOAVENTURA DOS SANTOS ao que denomina de supervisibilidade de certas violações de direitos humanos e total opacidade de outras, a depender de critérios geopolíticos, a exemplo do caso *Otto-Preminger Institut* em que houve a censura e confisco de filme na Áustria considerado ofensivo à Igreja Católica; além de outros para quem “a incoerência está na defesa de direitos humanos universais no plano externo e na preservação, do plano interno, da margem de manobra dos Estados, como já visto na análise da polêmica teoria da margem de apreciação no sistema europeu de direitos humanos” (cf. RAMOS, 2005, p. 188).

O quarto argumento refere-se às diferenças de relação do homem e sua comunidade existente na cultura ocidental e na cultura africana e asiática, isso porque, na maioria das sociedades africanas, os direitos da comunidade precedem os direitos individuais; as decisões são tomadas por meio do recurso ao consenso do grupo e a riqueza também sofre formas de apreciação coletiva (cf. RAMOS, 2005, p. 189). De outro lado, as sociedades asiáticas possuem valores culturais de difícil assimilação com as normas de direitos humanos promovidas pelo Ocidente, segundo NIARA SUDARKASA: “a complexa relação entre o indivíduo e sua comunidade, baseada em quatro obrigações: respeito, responsabilidade, auto-restrição e reciprocidade, não sendo baseada, então, na noção de direito oriunda da tradição ocidental” (cf. RAMOS, 2005, p. 189).

O quinto argumento é no sentido de que a doutrina dos direitos humanos possui um forte viés cultural ocidental o que gera o sentimento de que o pretenso universalismo dos direitos humanos corresponderia, na realidade, a uma tentativa de impor valores ocidentais às demais culturas. A doutrina dos direitos humanos opõe-se a várias práticas costumeiras e crenças de diversas culturas, como a clitoridectomia, os direitos sucessórios desiguais no mundo mulçumano, o dote obrigatório das noivas, os casamentos combinados, entre outros casos (cf. RAMOS, 2005, p. 190).

Finalmente há o argumento, de grande importância para os países latino-americanos, de que a proteção a alguns direitos humanos, nomeadamente os direitos sociais e culturais, dependem do atingimento de um grau superior de desenvolvimento econômico, de maneira que a falta de recursos materiais suficientes serve de pretexto para o inadimplemento de direitos humanos básicos. Segundo o autor, “os direitos sociais, com isso, são sistematicamente, violados, existindo, por exemplo, regiões no Brasil com índices de desenvolvimento que fariam corar Estados miseráveis da África” (RAMOS, 2005, p. 191).

Além dos argumentos delineados, merece destaque a “Teoria da Margem de Apreciação” – *margin of appreciation* – antes mencionada. Essa teoria é um dos instrumentos de interpretação dos direitos humanos adotados pela Corte Européia de Direitos Humanos. A tese se fundamenta no princípio da subsidiariedade da jurisdição internacional, arguindo que determinadas questões polêmicas relacionadas às limitações estatais impostas aos direitos humanos devem ser discutidas pelas comunidades nacionais, pois em princípio caberia ao próprio Estado estatuir as condições e limites para o exercício desses direitos em face do interesse público (cf. RAMOS, 2005, p. 110-111).

A utilização dessa teoria é controlada pela Corte Européia com base no princípio da proporcionalidade, mas para muitos críticos a sua aceitação tende

ao relativismo dos direitos humanos ao admitir que práticas costumeiras possam servir de pretexto para impedir mudanças sociais, especialmente na esfera da moralidade pública, resultando na opressão e discriminação de minorias. Segundo André de Carvalho Ramos: “Essa perigosa aceitação do relativismo na proteção de direitos humanos é ainda mais dramática por advir de uma Corte especializada de direitos humanos e não de um Estado autoritário qualquer ou de membros dirigentes de uma comunidade religiosa opressora. É bom lembrar que o texto da Convenção Européia de Direitos Humanos não contém nenhuma menção à ‘margem de apreciação’ nacional: pelo contrário, há a expressa obrigação dos Estados em garantir e respeitar os direitos humanos, sem ressalvas ou titubeios” (RAMOS, 2005, p. 117).

Finalmente seguem as observações de Flávia PIOVESAN sobre o tema que traduzem em feliz síntese os principais argumentos do relativismo cultural à tese seguinte: “Na análise dos relativistas, a pretensão de universalidade desses instrumentos (Declaração Universal dos Direitos do Homem) simboliza a arrogância do imperialismo cultural do mundo ocidental, que tenta universalizar suas próprias crenças. A noção universal de direitos humanos é identificada como uma noção construída pelo modelo ocidental. O universalismo induz, nessa visão, à destruição da diversidade cultural” (PIOVESAN, 2006, p. 144).

5. ARGUMENTOS EM DEFESA DA AFIRMAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A busca de caminhos para a afirmação universal dos direitos humanos demanda, antes de tudo, o enfrentamento de todas e cada uma das objeções antes mencionadas que põem em dúvida a legitimidade e a substância jurídica do universalismo. Como se vem de ver, ainda que o problema possa parecer superado no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, em virtude da adesão maciça à Declaração de Viena (1993), do ponto de vista acadêmico não se pode simplesmente ignorar a existência de teses contrárias à universalidade dos direitos humanos. Seguem, a propósito disso, os argumentos apresentados pelos autores antes citados para rebater as críticas do relativismo cultural.

Além de ser uma das grandes autoridades no tema, A.A. Cançado TRINDADE é um dos maiores defensores do universalismo dos direitos humanos. Em seu *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos* o autor faz várias ponderações sobre o problema, as quais são explicadas em seguida, ainda que em apertada síntese.

Inicialmente, tratando das objeções de alguns círculos de países asiáticos, Cançado TRINDADE articula que conquanto tradicionalmente as concepções prevalecentes nesses países não prevejam limitações à autoridade estatal ainda assim tem-se notícia de protestos contra abusos do poder público, o que demonstra que o reconhecimento do direito de resistência à opressão não é algo estranho à cultura asiática. Assim, a questão não seria tanto a de se opor a cosmovisão ocidental à tradição oriental, mas sim de colocar a questão de saber se as elites governantes atendem ou não às necessidades básicas dos governados. O autor menciona que “a própria Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, em documento apresentado à quarta sessão do Comitê Preparatório da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), assinalou as implicações para os direitos humanos da diversidade e heterogeneidade dos países da região asiática” (cf. TRINDADE, 2003, p. 339-340).

Outro ponto relevante desenvolvido pelo autor é o de que a Convenção de Viena apenas tinha a intenção de desenvolver a legislação e de melhorar os mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos, uma vez que a questão dos particularismos culturais já parecia superada. Antes mesmo da Conferência a questão do universalismo já tinha sido objeto de três Convenções regionais, a europeia, a americana e a africana, e em todas elas houve o reconhecimento de direitos universais do homem. O autor cita o exemplo da Convenção Africana de 1981, que confirma o caráter universal dos direitos humanos, sem perder de vista os traços culturais especiais da região (TRINDADE, 2003, p. 340).

Assim, é de se considerar que a questão do universalismo dos direitos humanos não constitui nenhuma inovação, de forma que seria até mesmo desnecessário seu reconhecimento na Conferência de Viena, já que os instrumentos globais atuam de forma complementar aos instrumentos regionais. Em outras palavras, carece de fundamento a oposição ao caráter universal dos direitos humanos adotado na Declaração de Viena quando se sabe que os instrumentos de proteção desses direitos no níveis global e regional são complementares, conforme vasta prática internacional, de forma que interagem e se reforçam mutuamente em prol dos seres humanos por eles protegidos.

Quanto à alegada vinculação da doutrina dos direitos humanos ao “pensamento ocidental” o autor observa que esta na realidade é uma expressão muito vaga, uma vez que por tal pensamento podem-se identificar tanto as raízes gregas da democracia quanto o humanismo da renascença, o legado do iluminismo e o pensamento filosófico ocidental moderno. Ademais, muito do que se diz

parte do pensamento ocidental tem um alcance muito mais amplo estando presente em vários países de várias regiões do mundo; nas palavras do autor “muito do que se atribuía àquele pensamento passava na atualidade a encontrar manifestações em países de diferentes regiões do mundo, sobretudo no tocante a determinados pontos básicos como as liberdades fundamentais, o direito de participação na vida pública, e a igualdade de todos perante a lei; por outro lado, em relação a tantos outros aspectos tornava-se difícil reduzir aquele pensamento a um todo homogêneo...” (TRINDADE, 2003, p. 341-342).

Igualmente, o argumento da diversidade cultural não pode ser utilizado como obstáculo para o universalismo, porque os valores universais resultam de um consenso elaborado a partir da diversidade do gênero humano, o que se manifesta em uma consciência jurídica universal; logo, as culturas ao invés de obstaculizar a universalidade dos direitos humanos. Em outras palavras “o argumento das ‘culturas regionais’ não há de ser exagerado ou levado a extremos. Tais culturas não são e nunca foram obstáculos à evolução dos direitos humanos; ao contrário, é perfeitamente possível a elas incorporar os valores dos direitos humanos, como passo rumo à cristalização de obrigações de direitos humanos, como o demonstram os avanços nos últimos anos, e.g., nos campos dos direitos da mulher, da criança, e dos povos indígenas” (TRINDADE, 2003, p. 342).

Para além disso, apesar de se valerem do argumento dos particularismos regionais, vários desses mesmos países efetivamente são partes em tratados universais de proteção e ratificaram diversas convenções internacionais do trabalho adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de maneira que não se pode ter esse posição como uma posição em bloco, mas sim como “um argumento pouco convincente avançado por alguns círculos em alguns daqueles países”, sendo mesmo que vários direitos humanos há se incorporaram ao direito costumeiro, o que reforça seu caráter universal independentemente de uma adesão formal a tratados ou convenções (TRINDADE, 2003, p. 343).

Assim, na abalizada lição de A. A. Cançado TRINDADE, uma vez examinando-se a universalidade dos direitos humanos em perspectiva adequada não se verifica fundamento para a crítica relativista. É importante, porém, enviar esforços no sentido de buscar um consenso mínimo entre as diversas culturas que poderá ser ampliado mediante um *cross-cultural dialogue*, enriquecido pela legitimidade cultural universal dos direitos humanos. Em conclusão, cumpre registrar um excerto da obra em análise bastante significativa da posição sustentada pelo autor acerca do tema:

“Nos últimos anos, vêm-se envidando esforços meritórios no sentido de, a partir da diversidade cultural, buscar um denominador comum mínimo entre as distintas culturas do mundo, para então ampliá-lo mediante um *cross-cultural dialogue*, enriquecido pela legitimidade cultural universal dos direitos humanos. Este enfoque da matéria, cujo propósito é o de ampliar e aprofundar o consenso universal sobre os direitos humanos, pressupõe que os indivíduos, assim como as sociedades que integram, compartilham certos interesses e preocupações e valores básicos, desvendando o quadro geral para a conformação de uma cultura comum dos direitos humanos universais. A busca da universalidade dos direitos humanos requer a identificação e o cultivo de suas *cross-cultural foundations*.” (TRINDADE, 2003, p. 310).

Insista-se nesse ponto. A universalidade, ora perseguida, não consiste em aplicar a todos os povos as idênticas normas de direitos humanos sem nenhuma adaptação nem, por outro lado, permite que se deixe a proteção dos direitos humanos ao capricho de cada Estado, sem que se eleja um critério objetivo. A idéia defendida é a de que se possam construir valores universais a partir de valores particulares, numa espécie de processo de abstração em que se respeitam as identidades culturais e se aprende com a experiência coletiva, num diálogo intercultural que conduz ao consenso (cf. BEUCHOT, 2005, p. 65 ss.).

Veja-se agora a posição de André de Carvalho RAMOS que também rebate as críticas do relativismo, enfrentando cada um dos seis argumentos que menciona em sua obra e já relacionados anteriormente.

Às objeções filosóficas o autor responde com base em Shashi THAROR – “*The universality of human rights and their relevance to developing countries*” –, especialista de direitos humanos indiano, para quem “é razoável afirmar que conceitos de justiça e Direito, legitimidade do governo, dignidade do ser humano, proteção contra a opressão ou arbítrio, participação na vida da comunidade, são encontrados em qualquer sociedade”. Com base nessa reflexão o autor pondera que os direitos humanos não pretendem substituir os valores ou a cosmovisão das sociedades, apenas oferecendo um substrato jurídico-normativo para a tutela da liberdade (cf. RAMOS, 2005, p. 192).

Relativamente ao suposto caráter ocidental da doutrina dos direitos humanos André de Carvalho RAMOS argumenta que o fato de que os direitos do homem têm origem no jusnaturalismo europeu e nas primeiras declarações de direitos é meramente um dado histórico, porque os direitos humanos são uma

conquista que não pertence a determinada tradição cultural. Pelo contrário, trata-se de um objeto de constante disputa política, durante a qual tradições culturais e religiosas podem se modificar e novas leituras dessas tradições podem surgir (cf. RAMOS, 2005, p. 193).

Realmente, os direitos humanos hoje se contrapõem a tradições religiosas e culturais como já o fizeram no passado, inclusive em relação a tradições ocidentais, sendo exemplo disso a necessidade de mudanças da Igreja Católica em relação à liberdade religiosa. O autor conclui que não se trata de buscar uma denominação mínima dos valores culturais, mas de afirmar a pluralidade de culturas com o reconhecimento da liberdade e participação com direitos iguais para todos. Em boa verdade, as justificativas culturais a condutas contrárias a direitos humanos têm forte traço totalitário ao implicar a possibilidade e discriminar as minorias que não se identificam com os valores da comunidade (cf. RAMOS, 2005, p. 192-193).

No que toca à questão geopolítica, identificada com o uso seletivo do discurso dos direitos humanos para camuflar interesses econômicos ou políticos, ou mesmo a hipocrisia de defender algo externamente e não aplicar internamente, o autor argumenta que a mesma crítica vale para qualquer outro aspecto do Direito Internacional. Em suas palavras, “... não é somente o Direito Internacional dos Direitos Humanos que sofre com o uso seletivo e politicamente orientado de suas normas. A história do Direito Internacional mostra que o direito dos tratados, a teoria da responsabilidade internacional, entre outros temas, já sofreram interpretações de modo a justificar o atingimento de fins políticos e econômicos por parte de Estados (em geral, os mais poderosos), da mesma forma que o Direito Internacional dos Direitos Humanos” (RAMOS, 2005, p. 195).

Com essas razões conclui que a crítica não deve se aplicar ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas sim às próprias características da sociedade internacional, designadamente quando no campo dos direitos humanos existem mecanismos coletivos aptos à averiguação de violações de direitos humanos, dado que demonstra o significativo avanço no sentido de extirpar a seletividade antes criticada. Aliás, relativamente à teoria da margem de interpretação nacional, além de não registrar que não há nada parecido com essa construção na Corte Interamericana de direitos humanos, deve-se mencionar que existem precedentes na própria Corte Européia em que foram rejeitadas essas alegações do Estado embasadas nessa teoria, para se reconhecer a universalidade dos direitos do homem (cf. RAMOS, 2005, p. 196).

Ainda nesse tema há a registrar o argumento do autor de que a subsidiariedade da jurisdição internacional não pode importar na redução da competên-

cia dos órgãos internacionais na avaliação de eventuais violações de direitos humanos, porque os mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos foram elaborados justamente para fornecer uma garantia dos indivíduos contra o Estado, quando esgotados os recursos internos. Dessa forma, o caráter polêmico de determinada questão não poderia justificar o afastamento da jurisdição internacional sob pena de esvaziar-se a sua própria razão de existir (cf. RAMOS, 2005, p. 120).

Afinal, no que pertine à crítica “desenvolvimentista” contra a universalidade dos direitos humanos, o autor observa que o acatamento desse argumento em última análise importa em negligenciar uma determinada classe de direitos sob o falso argumento de sua realização progressiva que é indefinidamente adiada. Tal argumento seria falho porque desmentida pela realidade, segundo alega, “o Brasil, com uma das maiores economias industriais do mundo, é amostra evidente que o aumento da riqueza não leva a maior proteção de direitos humanos. Muito pelo contrário: a lógica da postergação da proteção de direitos humanos e em especial dos direitos sociais faz com que o desenvolvimento econômico beneficie poucos, em geral àqueles que circundam a elite política dominante” (RAMOS, 2005, p. 197).

Do exposto, na opinião do autor as objeções ao caráter universal dos direitos humanos não devem ser acolhidas, pelo contrário, impende prevalecer a exigência de garantia da plena e universal realização dos direitos humanos que consta do preâmbulo da Declaração de Viena de 1993, sendo importante prosseguir na supervisão internacional dos direitos humanos com a finalidade de garantir um mínimo de garantias a todos em cada comunidade humana.

Concluindo essa análise, importa trazer as importantes reflexões de Flávia PIOVESAN acerca do tema.

Após indicar resumidamente a crítica relativista ao universalismo dos direitos humanos a autora traz o argumento contrário dos universalistas, o sentido de que “a existência de normas universais constitui uma exigência do mundo contemporâneo” e que “se alguns Estados optaram por ratificar instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, é porque consentiram em respeitar tais direitos, não podendo isentar-se do controle da comunidade internacional na hipótese de violação desses direitos e, portanto, de descumprimento de obrigações internacionais” (PIOVESAN, 2006, p. 146). A autora defende a posição de que a abertura do diálogo entre as culturas que respeite a diversidade cultural é condição para a obtenção de um consenso e a formação de uma cultura universal dos direitos humanos que observe um mínimo irreduzível alcançado por um universalismo de confluência (cf. PIOVESAN, 2006, p. 148).

6. CONCLUSÕES: A AFIRMAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DO DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

O universalismo dos direitos humanos é um legado do Iluminismo no processo histórico de formação da doutrina dos direitos do homem e do processo de sua afirmação através das primeiras declarações de direitos emitidas nas revoluções liberais. A ideologia do Iluminismo traz subjacente a idéia de que seria possível realizar um Direito unitário a ser presidido pela razão, uma espécie de ciência do legislador que seria apta a estabelecer as leis universais e imutáveis que deveriam regular a conduta humana.

A despeito do positivismo jurídico e de sua concepção formalista do Direito, que reduz a fundamentação dos direitos humanos ao seu reconhecimento pelas leis positivas, há uma tendência atual no sentido de buscar fundamentos jurídicos para os direitos humanos além da organização política estatal. Nesse passo é importante a concepção de direitos morais de Ronald DWORKIN segundo a qual é possível identificar um fundamento ético-político para os direitos humanos independentemente de sua positivação.

A adoção de fundamentos jurídicos supra-estatais para o reconhecimento dos direitos humanos é amplamente aceita no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, principalmente em se considerando que o movimento de internacionalização da proteção dos direitos humanos deveu-se em grande medida a uma reação contra os abusos cometidos pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Essa experiência histórica, por mais hedionda que seja, produziu um grande bem para a humanidade ao assentar definitivamente a necessidade de se reconhecer e tutelar um mínimo de direitos inalienáveis inerentes ao ser humano independentemente do reconhecimento interno do Estado.

O consenso acerca da responsabilidade da comunidade internacional para com a proteção dos direitos humanos é um marco histórico de enorme relevância para o progresso da humanidade, daí decorrendo mudanças significativas em conceitos tradicionais como a cidadania e a soberania. Isto porque o indivíduo passa a ser titular de direitos no plano internacional o que implica a limitação da soberania dos Estados, vez que estes ficam obrigados perante a comunidade internacional a envidar esforços no sentido de respeitar e garantir a efetivação plena desses direitos, sob pena de responsabilização.

A existência de direitos humanos universais e inalienáveis é um fato incontestável no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, tendo em vista a força normativa adquirida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) como princípio geral de Direito Internacional, e por força da Conferência de Viena (1993) que assentou irrevogavelmente a indivisibilidade e o universalismo dos direitos do homem.

Nesse contexto, as discussões travadas acerca do caráter universal dos direitos do homem, embora relevantes, tendem a desaparecer naturalmente em virtude do fato inegável de que o universalismo já foi incorporado à ordem jurídica internacional. Não obstante isso, as críticas opostas à universalidade dos direitos humanos têm o mérito de ressaltar a necessidade se ter uma adequada perspectiva dessa característica dos direitos do homem.

Quer-se dizer com isso que o universalismo não se pode confundir com o unilateralismo nem muito menos com a imposição de valores da cultura ocidental às demais civilizações. Os valores não são entes ideais e objetivos que podem ser deduzidos da Natureza através da razão humana, como defendiam os iluministas. Apesar de bem intencionada essa construção peca em negligenciar os particularismos e diversidades das culturas, além das diferenças de cosmovisões e de valores.

A definição de direitos humanos universais não se opera em um processo intelectual de descoberta, demandando uma atividade muito mais elaborada que não prescinde da tolerância e do diálogo, nem dispensa o respeito pelas várias identidades culturais nessa busca de uma pauta mínima de direitos reconhecidos universalmente a partir de valores particulares. Isso porque, na lição de Norberto BOBBIO, embora os direitos do homem não sejam ideais e objetivos eles são podem ser reconhecidos a partir do consenso, quando então se tornam referência objetiva dotada de caráter universal a partir do seu acatamento generalizado e pela prática do costume internacional.

Tem razão, portanto, Caçado TRINDADE, em considerar que é possível alcançar um denominador comum mínimo entre as distintas culturas do mundo, que pode então ser ampliado através de um diálogo intercultural legitimado pela cultura universal dos direitos humanos. Não se trata de uma utopia, mas sim de uma possibilidade real e concreta, não é apenas um sonho, mas um desafio atual para a humanidade para que, ao lado do progresso científico e tecnológico, possa alcançar o desenvolvimento humano em busca da paz e em prol de um futuro melhor para nossos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS

- ARNAUD, André-Jean (org). *Globalização e Direito I: impactos regionais e transnacionais*. 2 ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, **2005**.
- BALDI, César Augusto (org). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BEUCHOT, Mauricio. *Interculturalidad y derechos humanos* [Interculturalidade e direitos humanos]. México: Siglo XXI, **2005**.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Campus, **1992**.
- _____. *O Positivismo Jurídico: Lições de Filosofia do Direito*. Compiladas por Nello Morra, trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues, São Paulo: Ícone, **1995**.
- BOSON, Gerson de Britto Mello. *Constitucionalização do Direito Internacional: internacionalização do Direito Constitucional – Direito Constitucional Internacional Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, **1996**.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Constitucional. Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7 ed. Coimbra: Almedina, **2003**.
- CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *A Constituição aberta e os direitos fundamentais: ensaios sobre o constitucionalismo pós-moderno e comunitário*. Rio de Janeiro: Forense, **2005**.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, **2005**.
- DANTAS, Ivo. *Direito Constitucional Econômico: globalização & constitucionalismo*. Curitiba: Juruá, **1999**.
- LAPORTA, Francisco. *Entre el derecho y la moral*. 2.ed., México: Fontamara, **1995**.
- MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, **2002**.

- MÖLLER, Josué Emilio. *A fundamentação ético-política dos direitos humanos*. Curitiba: Juruá, **2006**.
- MORAES, Germana de Oliveira: *Controle Jurisdicional da Administração Pública*. São Paulo: Dialética, **1999**.
- NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo & direitos humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, **2003**.
- PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique (coord). *Derechos humanos y constitucionalismo ante el tercer milenio*, Madrid: Marcial Pons, **1996**.
- RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, **2005**.
- ROMANI, Carlos Fernández de Casadevante (coord). *Derecho Internacional de los Derechos Humanos* [Direito Internacional dos Direitos Humanos]. 2 ed., Madrid: Dilex, **2003**.
- SALCEDO, Juan Antonio Carrillo. *Soberania de los Estados y derechos humanos em Derecho Internacional contemporâneo* [Soberania dos Estados e direitos humanos no Direito Internacional contemporâneo]. 2 ed., Madrid: Tecnos, **2004**.
- SALDANHA, Nelson. *Formação da teoria constitucional*. 2 ed. at. amp., Rio de Janeiro: Renovar, **2000**.
- SÁNCHEZ, Yolanda Gómez (coord). *Pasado, presente y futuro de los derechos humanos* [Passado, presente e futuro dos direitos humanos]. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos; Universidad Nacional de Educación a Distancia, **2004**.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Direitos fundamentais e Direito Comunitário: por uma metódica de direitos fundamentais aplicada às normas comunitárias*. Belo Horizonte: Del Rey, **2000**.
- SUNDFELD, Carlos Ari; VIEIRA, Oscar Vilhena, *Direito Global*, São Paulo: Max Limonad, **1999**.
- TOMLINSON, John. *Globalización y cultura*. [Globalization and Culture]. Trad. Fernando Martínez Valdés. Oxford: University Press, **1999**.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Vol. III, Porto Alegre: SAFE, 2003.

_____. *A humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

2. ARTIGOS

MAZZUOLI, Valério de Oliveira “Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis”. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo: RT, a. 13, n. 52, p. 327-337, jul./set., 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. “O Processo Preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993”, 1993. Disponível em <http://ftp.unb.br/pub/unb/ipr/rel/rbpi/1993/130.pdf>, consulta em 10/02/2007.